

Comissão de promotores do Ministério Público vai acompanhar processo no qual dois agentes são acusados de chefiar quadrilha. Diretor-geral Laerte Bessa defende os réus

De olho na Polícia Civil

Da Redação

O Ministério Público nomeou uma comissão especial de promotores para acompanhar o processo do assassinato de Claudio Antonio Ribeiro, morto no dia 16 de julho de 2000 em Planaltina. A medida é rara: normalmente, apenas um promotor fica responsável pelo caso, e o MP costuma auxiliar na fase de apuração e não na parte processual. A criação do grupo de promotores é explicada por dois motivos:

1- O crime revelou a suspeita da existência de uma quadrilha chefiada por policiais civis do DF. Pelo menos dois agentes, Ricardo Cardoso e Marcos Fernandes, estão envolvidos no esquema de assaltos e são acusados pelo homicídio de Claudio, também suspeito de fazer parte do grupo de bandidos.

2- A posição do diretor geral da Polícia Civil do DF, Laerte Bessa, que veio a público para sair em defesa dos policiais acusados.

Além do homicídio, Cardoso e Fernandes ainda respondem pela execução de um assaltante e o desaparecimento de quase seis quilos de ouro. Em março do ano passado, a dupla participou da caça aos assaltantes de uma casa no Lago Sul, horas após o crime. Um dos bandidos foi morto na troca de tiros. Mas, o juiz do caso suspeitou que tratava-se de uma execução e enviou o caso à Corregedoria da Polícia Civil. Embora os bandidos tenham sido localizados em poucas horas, apenas um décimo de um total de seis quilos de jóias foram encontrados.

A defesa dos policiais pelo diretor da Polícia Civil foi feita em duas entrevistas à Rede Globo. Procurado por dois dias pelo **Correio**, ele informou por meio de assessoria de imprensa que não iria se pronunciar. Nas entrevistas à emissora de tevê, Bessa contestou os resultados do inquérito policial, acompanhado pelo MP e elaborado por uma comissão de delegados, seus colegas, nomeada pelo próprio diretor.

As declarações do diretor causaram irritação no Ministério Público e em um grupo de delegados da instituição. "O que dá a impressão é que, quando a polícia faz um trabalho sério, sofre pressões de todos os lados, inclusive da própria polícia", declararam os promotores do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, responsáveis por acompanhar o inquérito na Corregedoria da Polícia Civil.

REUNIÃO DE DELEGADOS

N a última semana, delegados apreensivos com a posição de Laerte Bessa reuniram-se com o sindicato da categoria para pedir apoio em um abaixo-assinado em defesa da comissão de apuração do crime. Saíram de lá com a promessa de um carta da entidade, endereçada ao diretor-geral, pedindo que ele não se pronunciasse sobre o assunto e deixasse o caso a cargo da justiça. O presidente do Sindicato dos Delegados do DF, Wilson Machado, prefere não se posicionar oficialmente sobre o assunto, mas deixou escapar que "se

Acacio Pinheiro 8.9.00



LAERTE BESSA CRITICOU O INQUÉRITO SOBRE POLICIAIS CIVIS SUSPEITOS

houve erro no inquérito foi de todo mundo, já que o MP e o juiz acataram a denúncia".

Desde que foram presos no final de 2000, Ricardo Cardoso e Marcos Fernandes tentam

provar inocência. Chegaram a ameaçar uma greve de fome. Eles afirmam que estão sofrendo perseguição do delegado Márcio Michel, um dos responsáveis pela investigação. Em

sua defesa, apontam que os inquéritos têm erros. "É uma covardia eles (os policiais) continuarem presos. O que existe é uma briga entre o (delegado) Michel e os policiais", sustenta o advogado de defesa dos réus, Pedro Calmon.

Mas, até agora, a defesa não convenceu os desembargadores do Tribunal de Justiça do DF, que negaram por três vezes o pedido de *habeas corpus* dos acusados. Nos despachos, os juízes consideraram haver indícios suficientes da participação de Cardoso e Fernandes no crime. Esta também é a opinião do Ministério Público. "Não há nada de errado no inquérito. Queremos que a direção da Polícia Civil tenha um tratamento paritário. Ou seja, tratar o agente acusado como um cidadão acusado de um crime e que está à disposição da justiça", dizem os promotores.

Os erros no inquérito, segundo a defesa, estão no reconhecimento dos policiais e no pedido de prisão preventiva dos acusados. Os advogados alegam que as testemunhas reconheceram os policiais sob tortura. Os promotores afirmam que acompanharam os depoimentos e negam a denúncia de coação. Em relação à prisão preventiva, a defesa diz que o pedido não foi assinado pelos delegados do caso. Policiais civis e o MP respondem que o procedimento foi correto.

Os agentes Ricardo Cardoso e Marcos Fernandes estão detidos no prédio da Divisão de Operações Especiais, ao lado dos colegas. De lá, podem até usar telefone celular.